

## EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES ALFABETIZADORES DURANTE A PANDEMIA NA AMAZÔNIA DO BAIXO TOCANTINS

*Sirlane de Jesus Damasceno Ramos*<sup>1</sup>

*Ana Luiza Bustamante Smolka*<sup>2</sup>

**Eixo temático:** 10 Alfabetização e pandemia: desafios, aprendizados e perspectivas

### Resumo

O presente estudo investiga a experiência docente de professores/alfabetizadores no município de Cametá-PA, durante a pandemia da Covid-19. Buscamos compreender quais foram as condições (im)possíveis para ensinar/alfabetizar neste tempo adverso, bem como quais foram as repercussões na aprendizagem dos alunos. A pesquisa, de natureza qualitativa, utiliza a entrevista semiestruturada e privilegia o contato direto com os interlocutores. As reflexões e análises inspiram-se na pesquisa “Alfabetização em Rede” (2020), e se apoiam principalmente nos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural do Desenvolvimento Humano. Os resultados iniciais evidenciam 1. a importância das relações de ensino presencial; 2. a inviabilidade da alfabetização nesse período; e 3. os enormes desafios diante da não implementação efetiva do ensino remoto.

**Palavras-chaves:** Pandemia; Ensino Remoto; Alfabetização; Região Amazônica; Função social da escola

### Introdução

Partindo do fato de que os efeitos da pandemia na educação são gravíssimos, quando se tem crianças com mínimas ou nenhuma possibilidade de acesso à cultura escolar, torna-se pertinente, investigar as condições que os professores, atuantes no município de Cametá-PA, enfrentaram para alfabetizar na pandemia, no período letivo de 2020 a 2021.

Cabe enfatizar que, este estudo, trata-se de um primeiro movimento de uma tese em desenvolvimento, cujo o objetivo se concentrou em conhecer a experiência docente dos professores/alfabetizadores que estiveram em serviço durante a pandemia, nas diferentes regiões de Cametá-PA. Portanto, questionamos: Quais foram as condições de ensino que os

<sup>1</sup>Doutoranda em educação pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. Contato:sirlanny.ramos@gmail.com

<sup>2</sup>Doutora em educação. É coordenadora do Grupo de Pesquisa Pensamento e Linguagem na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, no qual atua como docente e pesquisadora. Contato: asmolka@unicamp.br

professores/alfabetizadores vivenciaram com a escola no contexto do distanciamento social? Esta é uma questão que se desdobra em outras, tais como: Que condições concretas de aprendizagem da escrita foram oferecidas às crianças? O que foi (in)viável neste período nos diferentes contextos da região cametaense? bem como, quais impactos na aprendizagem dos alunos foram evidenciados com o retorno das aulas presenciais.

Metodologicamente a pesquisa assume a natureza qualitativa, fundamentada nos princípios da Abordagem Histórico-Cultural do Desenvolvimento Humano de L. S. Vigotski. Neste sentido, optamos pela entrevista semiestruturada para ouvir as narrativas de três professores<sup>3</sup> que estiveram na linha de frente durante a pandemia. Os sujeitos são docentes da educação básica-pública, um representa o contexto da escola<sup>4</sup> da cidade e os outros dois as escolas do campo, estrada e ilha.

Das suas experiências, especialmente no que diz respeito ao fazer alfabetizador desses professores, realizamos reflexões apoiadas no pensamento de Vigotski e na pesquisa realizada em 2020, *Alfabetização em Rede: Uma investigação sobre o ensino remoto da alfabetização na pandemia Covid-19 e sobre a recepção da Política Nacional de Alfabetização (PNA)*.

## **2 Fundamentação teórica**

Vigotski (2005) argumenta sobre a produção de signos e instrumentos como mediadores da/na relação entre os homens, e deles com o mundo, sendo a forma verbal de linguagem o signo mais formidável dentre todo o conjunto simbólico que medeia a atividade humana. Segundo Vigotski (2005), pensamento e linguagem se interconstituem e o domínio da palavra pela criança viabiliza não só a comunicação com outras pessoas, mas a apropriação da cultura, do conhecimento, a generalização e a conceitualização, assim como a elaboração individual e histórica da consciência.

Apesar de Vigotski ter dado maior ênfase à linguagem falada, ele também apontou para a escrita como parte de um sistema simbólico complexo. Segundo o autor, a apropriação desse conjunto de códigos representa um novo acontecimento no desenvolvimento dos processos psíquicos, de natureza humana, principalmente por originar uma mudança radical na consciência a partir da emergência de novos modos de funcionamento da percepção, do pensamento, da memória, da imaginação, da comunicação social, etc. A escrita, então, opera como um instrumento que (trans)forma o indivíduo, no movimento de internalização da cultura.

Partindo dessa perspectiva, na qual a linguagem é compreendida como produto humano, histórico, cultural, como prática social da qual as crianças participam (SMOLKA,

---

<sup>3</sup> É importante ressaltar que os professores/sujeitos deste estudo, por questões éticas tiveram suas identidades preservadas.

<sup>4</sup> Da mesma forma, as escolas em que atuam não terão seus nomes mencionados.

2001), num processo, em que a mediação, a interação/interlocação é central no apropriação deste signo pela criança, tomamos seus pressupostos como alicerce para mobilizar este estudo de cunho qualitativo, para deste modo, compreender, a partir do diálogo com professores/alfabetizadores, quais foram as condições de ensino (im)possíveis com a pandemia, quando se coloca a interação entre os sujeitos aluno-aluno e aluno-professor aluno-conhecimento, como fundamental nas relações de ensino.

### **3 (Im)possibilidades de ensinar no contexto da pandemia**

Os professores/sujeitos deste estudo, foram imprescindíveis para que aprofundássemos a compreensão sobre as repercussões da pandemia na educação, na região cametaense. São eles, portanto, que contam a partir de agora, com base nas suas experiências como professores/alfabetizadores, como a educação se redesenhou com a (re)organização social imposta com a inevitável pandemia.

#### **3.1 Como foi (não) ensinar na pandemia?**

“É bem difícil, foi bem difícil, porque primeiro que muitos pais não têm acesso à internet, não tinha como nós comunicarmos através das redes sociais, então nos primeiros momentos tudo paralisou, a gente não tinha contato nenhum mesmo com a escola, nós não tivemos nenhum tipo até agosto de 2020, a gente não teve mesmo contato nenhum com a escola, as crianças ficaram por conta das famílias” (PROF. ESCOLA DA ESTRADA)

O primeiro semestre foi marcado pela paralização das aulas, conforme salienta a professora. Já o segundo semestre de 2020, foi um tempo em que os professores arregaçaram as mangas para dar vida ao projeto de retorno das atividades escolares em meio ao caos que ainda vivíamos com pandemia, pois a secretária de Educação do município (SEMED), iniciou o processo de reorganização do sistema de ensino, colocando os professores como principais sujeitos desse momento de reinvenção dos modos de ensinar num cenário adverso, que se formou em consequência do coronavírus. Aos educadores, tanto os que trabalham no campo, ou na cidade, coube a função de organizar materiais impressos para entregar aos pais e/ou responsáveis pelos alunos.

A falta de recursos tecnológicos (computador, *Tablet*, *Smartfone*, *internet*) entre outros, até mesmo pelos habitantes da Zona Urbana, na sua maioria impossibilitou o envio de materiais virtuais, conforme salienta a professora da escola da cidade:

Pensamos em utilizar o celular, mas houve barreiras, a maioria das nossas crianças têm, mas não é um celular que possa vir suportar para abrir certos documentos, vídeos. E barrava também na internet que não chega para o pessoal todo, a internet que eles têm é aquela que rápido se acaba (se a

dados móveis oferecidos por operadoras telefônicas). (PROFª ESCOLA DA CIDADE,2021)

Uma realidade que se repete no contexto do campo

A gente imprimia esses, confeccionava esses materiais, organizava os materiais, imprimia e levava para os pais, aí orientava os pais como queríamos que as tarefas fossem executadas. (PROF. ESCOLA DA ESTRADA, 2021)

Segundo uma pesquisa, realizada em 2020, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), seis milhões de estudantes, matriculados nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, não têm acesso à internet em casa, sendo o meio rural o contexto que representa o menor índice de acesso, quando comparado ao meio urbano. A pesquisa também revela que, depois da Bahia, o Pará, Maranhão, Ceará, São Paulo e Minas Gerais, estão entre os estados com maior número de estudantes sem conexão para estudar.

Diante das limitações para a implementação do ensino remoto, os professores se encontravam com os pais na escola. Na escola da estrada os materiais eram organizados para o intervalo de quinze dias, mas a professora visitava a escola uma vez por semana, para oferecer orientações as famílias, que na ausência da escola, assumiam o papel de mediadores. A escola da ilha, seguia esse mesmo funcionamento. A escola da cidade também mantinha um contato semanal com os responsáveis e entregava os materiais para a período de duas semanas

Essa constatação chama nossa atenção por divergir dos resultados da pesquisa “Alfabetização em Rede” (2020). De acordo com relatório apresentado, o ensino remoto tornou possível a continuação das atividades escolares.

Está evidente que as professoras estão atuando de forma remota durante a pandemia. Para 54,9%, o ensino remoto foi uma alternativa possível – “de meio termo” – no atual contexto, para garantir algum vínculo da escola com as crianças. Mesmo considerando que se podia escolher mais de uma possibilidade, é evidente o reconhecimento de que a escola precisaria, sim, implementar uma alternativa de continuidade do trabalho. Para 44,6%, o ensino remoto é considerado uma boa solução para os problemas da pandemia (EM REDE,2020, p.185, p.1991,2020).

Os dados apresentam que 90,8% das docentes que participaram do estudo atuaram de forma remota, e para 54%, o ensino remoto foi uma alternativa possível. Essa informação, portanto, instiga-nos a aprofundarmos esta investigação, compreender e corroborar com as especificidades desse contexto, que está dentro da Amazônia, e abrange escolas da cidade e do campo, haja vista que as primeiras interlocuções com os educadores mostram outra realidade, desafios e inviabilidade de recursos para o ensino remoto. A pesquisa também descreve que o uso dos materiais impressos foi um auxílio significativo do ensino remoto.

Para o ano de 2021, a SEMED apresenta para as escolas uma nova proposta de educação. Tratava-se de um projeto de distribuição de materiais, livros, cadernos e/ou apostilas, como chamaram os professores. De acordo com o relato da professora da cidade, as escolas foram incumbidas de elaborar atividades e entregar na secretaria para passar por um processo de escolha dos materiais. O material deveria ser entregue pela secretaria no início de março, para o retorno das aulas não presenciais/Híbridas, mas demoraram a serem entregues pela secretaria, então foi necessário que os professores continuassem elaborando atividades, como fizeram no segundo semestre de 2020: *“Eu acredito que o primeiro caderno foi entregue em maio de 2021, aí enquanto não chegava a gente foi confeccionando por nossa conta”*. (PROF<sup>a</sup>. ESCOLA DA ILHA,2021).

O material contemplava todas as séries do ensino fundamental, no entanto com base no que dizem os professores, não atingia as necessidades/especificidades de cada escola/aluno. Sobre isso, os professores compartilham da mesma inquietação:

No nosso ponto de vista, não só meu, não houve respeito, já que eles pediram pra que cada professor de cada escola elaborasse sua atividade, no meu ponto de vista estava tendo o cuidado de elaborar alguma coisa relacionado aquele alunado daquela escola, e quando chega pra lá, não deram valor a isso, porque uma atividade feita pela escola X foi escolhida e foi dada pra todas as escolas do município (PROF<sup>a</sup>. ESCOLA DA CIDADE).

O material que foi confeccionado, apesar de ter sido no município e a maioria das escolas daqui são do campo, né? mas a proposta que veio era para o urbano, e quando chegou para nós, logo vimos que não ia dar certo (PROF. ESCOLA DA ILHA)

Mas apesar da insatisfação dos professores, a proposta caminhou por todo o ano letivo de 2021. A SEMED, enviava o material dividido em partes, de acordo com as avaliações de cada semestre, os pais ou responsáveis, dirigiam-se até à escola para apanha-lo, e receber orientações dos professores, para auxiliarem os alunos na resolução das atividades, e a cada duas semanas retornavam para entregar esse material.

Inserida nesta conjuntura, a professora da cidade salienta que no decorrer do ano a escola foi perdendo os alunos, então a solução foi usar o bolsa família como artifício para resgatar os pais e os alunos usando o seguinte discurso: *“Olha, também é necessário além de vir buscar, fazer, resolver, isso vai fazer com que seu filho passe para outra série e também servirá de presença e essa presença servirá para o bolsa família, e se tiver falta, como que você vai receber? [...] A maioria necessita, aí voltava”* (PROF<sup>a</sup>. ESCOLA DA CIDADE,2021)  
O professor da escola da ilha comenta o uso da mesma estratégia:

Nossa estratégia era o bolsa família “Você vai ter que ter tantos porcentos de frequência do seu filho aqui, senão vai ser cortado, entendeu? É uma estratégia que não só nós usamos lá, mas muitas escolas das ilhas, do campo usam, que é pra fazer essa criança não desistir da escola, e os pais tem medo

de perder o benefício e mandam, entendeu? (PROF. ESCOLA DA ILHA, 2021).

Esse problema também é apresentado pela Pesquisa Alfabetização em Rede, pelo gráfico exposto observa-se que para 57% das professoras respondentes, o maior desafio é “fazer com que os estudantes realizem as atividades propostas”. Os professores das escolas de Cametá, conforme seus relatos, apontam que um dos motivos da dificuldade na participação dos alunos é principalmente a falta de acompanhamento dos pais e/ou responsáveis, em muitos desses casos, a falta de instrução escolar responsabiliza o pouco apoio das famílias; por outro lado, também colocam que houve um certo descaso, motivado, segundo o professor da Ilha, pela propagação da informação de que todos os alunos seriam aprovados, independentemente da assiduidade nas atividades escolares: *“tivemos um feedback legal, mas chegou um certo momento, acho que pelas informações que iam surgindo, surgia a de que todos iam passar, e esse material foi deixado de lado, entendeu?”*.

Segundo uma pesquisa nacional por amostragem, realizada no segundo trimestre de 2021, pelo PNAD, sobre os impactos dos fechamentos das escolas, em todo Brasil, houve um aumento considerável de 171,1% de crianças fora da escola quando comparado ao ano de 2019, sendo que o maior aumento está entre as crianças de 05 a 09 anos, atingindo, portanto, a educação infantil e as séries iniciais do ensino fundamental, principais etapas da fase de alfabetização, o que significa o agravamento dos altos índices de analfabetismo no país.

### **3.2 As repercussões**

Em 2021, com as aulas presenciais assumindo o formato de ensino híbrido, as crianças retomaram à escola apresentando graves “dificuldades de aprendizagem”, principalmente no que se refere a leitura e a escrita, os professores começavam a enfrentar outros desafios como reflexo da pandemia. Segundo a ONG Educação Para Todos, em 2019 e 2021, antes do mundo paralisar em decorrência do coronavírus, no Brasil, cerca de 1,4 milhão de crianças entre 6 e 7 anos de idade não sabiam ler nem escrever. Em 2021, esse número aumentou expressivamente para 2,4 milhões. Um crescimento de 66,3% em apenas dois anos.

[...] Hoje em dia se a gente ver o nível que esses alunos estão, a gente os chama de alunos de pandemia, o nível voltou lá em baixo. A gente sabe que eles foram muito prejudicados, muito mesmo (PROF. ESCOLA DA ILHA, 2021).

Diante desses dados, percebemos que ensinar e aprender a linguagem escrita no contexto da pandemia da covid-19, não foi um processo possível diante das condições sociais que se colocaram para as escolas. A falta de condições materiais – a ausência de

aparato tecnológico como o celular, o computador, a internet, e mesmo o livro – evidenciou no contexto pandêmico, as formas de interação que foram possíveis naquele momento, tornando flagrantemente a necessidade do acesso e a importância da interlocução, da troca de conhecimentos no processo de apropriação da escrita, pela imprescindível mediação do outro/professor(a) - esse outro que mobiliza a relação da criança com as diferentes formas de linguagem, que a instiga e a convoca à leitura e à escrita, que abre e amplia os modos de conhecer e significar o mundo, provocando e criando as condições de seu desenvolvimento cultural.

#### **4 Considerações Finais**

O relatório parcial apresentado pela pesquisa “Alfabetização em Rede” (2020), revela que cerca de 91% das docentes que participaram da pesquisa trabalharam remotamente durante o ano de 2020. Para as professoras/participantes do estudo, o ensino remoto na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental durante a pandemia da covid-19, no Brasil, foi uma solução razoável para manter o vínculo com os estudantes. Entretanto, em Cametá-PA, a implementação do ensino remoto não foi uma realidade em nenhum de seus contextos, seja na cidade, na ilha ou no campo, a falta de recursos pelas famílias (principalmente de aparatos tecnológicos), obrigava as escolas a fazer uso de materiais impressos. A evasão escolar, a dificuldade de manter contatos com as famílias e os estudantes, e grandes perdas na aprendizagem dos alunos foram alguns dos impactos observados. Desta questão, a função social da escola se coloca em evidência, como lugar de encontros, interação, de organização, troca e construção de conhecimentos no mundo, como lugar de reflexão e problematização. A escola mostra-se, portanto, como uma instituição social – ainda - insubstituível.

Contudo, esse primeiro movimento analítico, provoca/motiva este estudo a continuar problematizando as repercussões da pandemia na educação, na cidade de Cametá-PA colocando em perspectiva, com base nos pressupostos da abordagem histórico-cultural, medidas de enfrentamento sobretudo no que diz respeito aos retrocessos da relação da criança com a linguagem escrita.

#### **Referências**

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020:** Reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da COVID-19. Brasília, 2020. Disponível em: Acesso em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/33371-cne-conselho-nacional-de> -

EM REDE, A. **Alfabetização em rede:** uma investigação sobre o ensino remoto da alfabetização na pandemia covid -19 – relatório técnico (parcial). (2020). Revista Brasileira de Alfabetização, (13), 185-201. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/465>. Acesso em: 02 de junho de 2021.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia. 2020. Disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10228>. Acesso em: 06 de agosto. 2021.

ONG, Todos Pela Educação. **Nota técnica:** Impactos da pandemia na alfabetização de crianças. Brasília, 2021. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/02/digital-nota-tecnica-alfabetizacao-1.pdf>. Acesso em: 02 de agosto de 2021.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita:** A alfabetização como um processo discursivo. São Paulo: Cortez, 2001.

VYGOTSKI, L. S. **Análisis de las funciones psíquicas superiores.** In: VYGOTSKI, L. S. Obras escogidas. Madrid: Machado, 2012a. t.3, p.97-120. Texto original de 1931

VYGOTSKY, Lev. Brasília. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.